



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1009982-16.2016.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Espécies de Contratos**  
 Requerente: **Gisela Mara Albino**  
 Requerido: **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A**

Justiça Gratuita

Juiz de Direito: Dr. **Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

**GISELA MARA ALBINO** propôs ação de cobrança securitária– DPVAT em face de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.** Aduziu que em 20 de abril de 2015 sofreu acidente de trânsito que lhe causou invalidez parcial permanente. Requereu os benefícios da justiça gratuita, a inversão do ônus da prova e a condenação da requerida ao valor indenizatório de R\$6.750,00 bem como o reembolso do valor de R\$2.700,00.

Encartados à inicial vieram os documentos de fls. 08/10 e 15/58.

Deferida a justiça gratuita à fl. 59.

A requerida, devidamente citada (fl. 63), apresentou resposta na forma de contestação (fls. 64/87). Preliminarmente, requereu a extinção da ação sem resolução do mérito por falta de pressuposto processual, diante da ausência de laudo conclusivo do IML apto a comprovar as alegações da parte autora. Impugnou a inversão do ônus da prova pleiteando o reconhecimento da inaplicabilidade do CDC ao caso em concreto. No mérito, alegou a ausência de nexos causal entre a lesão e o acidente automobilístico. Pugnou pela realização de prova pericial médica pelo IMESC para a apuração do grau de invalidez, já que a lei prevê a gradação do percentual utilizado para as indenizações. Impugnou os cálculos e requereu a improcedência da ação. Juntou documentos às fls. 89/130.

Réplica às fls. 138/140.

Decisão saneadora às fls. 141/142, com a determinação de realização da perícia médica.

Laudo pericial às fls. 176/179.

Manifestação da requerida sobre o laudo pericial (fls. 187/189).

**É o relatório.**

**Fundamento e decido.**

Não havendo necessidade de maior produção probatória, visto que as provas



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**2ª VARA CÍVEL**

**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

produzidas já são suficientes à formação do juízo de convicção, julgo o feito no estado em que se encontra, nos termos do art. 354, do NCPC. Neste sentido o entendimento do E.STJ:

"Presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder." (STJ, Resp. 2.832-RJ, relator Ministro Sálvio de Figueiredo, julgado em 04/12/91).

As questões preliminares já foram devidamente analisadas (fls. 141/142), restando apenas a análise do mérito.

Pois bem. Trata-se de ação de cobrança securitária que a parte requerente interpôs visando o recebimento do seguro DPVAT no valor de R\$6.750,00, tendo em vista a alegada invalidez permanente decorrente do acidente de trânsito.

Diante dos documentos acostados aos autos, observo que o sinistro ocorreu em 20 de abril de 2015. Nessa época, já vigorava a Lei nº 6.194/74, com as alterações propostas pela Medida Provisória n.º 451/08 e, posteriormente, convertida na Lei n.º 11.945/09, que fixa o montante indenizatório em até R\$ 13.500,00 para o caso de invalidez permanente.

Referida lei disciplina a gradação das lesões sofridas para o pagamento do seguro DPVAT, devendo ser aplicada aos eventos ocorridos em data posterior à sua respectiva entrada em vigor, como ocorreu no caso em tela.

Quanto ao assunto, friso que o Supremo Tribunal Federal já se posicionou, considerando constitucionais as alterações na legislação sobre o seguro DPVAT, tendo sido julgadas improcedentes as ações diretas de inconstitucionalidade nº 4627 e 4350 que versavam sobre a matéria.

A indenização para a hipótese de incapacitação permanente, conforme já estabelecido pela Súmula nº 474, do STJ, deve ser paga de modo proporcional, a depender da extensão da incapacitação. In verbis: "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez".

Nesse sentido o E. STJ:

(...)Outrossim, a Segunda Seção deste Tribunal, no julgamento do Tema n.º 542, ao qual está vinculado o Recurso Especial Repetitivo n.º 1.246.432/RS, consolidou o entendimento no sentido de que a indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial permanente do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez, conforme assentado naquele aresto, verbis: "RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. JULGAMENTO NOS MOLDES DO ART. 543-C DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. DPVAT.SEGURO OBRIGATÓRIO.INVALIDEZ PARCIAL. INDENIZAÇÃO A SER FIXADA DE ACORDO COM A PROPORCIONALIDADE DA INVALIDEZ.SÚMULA N.º 474/STJ. 1. Para efeitos do art. 543-C do Código Processo Civil:A indenização do seguro DPVAT, em caso de



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**2ª VARA CÍVEL**

**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

invalidez parcial permanente do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez (Súmulan.º474/STJ).2. RECURSO ESPECIAL PROVIDO."(REsp1.246.432/RS,SEGUNDA SEÇÃO, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, julgado em 22/5/2013, DJe de 27/5/2013). Cabe destacar do voto condutor a conclusão de que "ponderou-se que para a interpretação do art.3º, "b", da Lei 6.194/74, que dispõe sobre o seguro obrigatório DPVAT, deve-se considerar a partícula 'até' constante da sua redação originária e que se manteve,inclusive,após as modificações introduzidas pelas Leis n. 441/1992 e 11.428/2007". (...) (STJ:AREsp Nº 318.934 - RS (2013/0085003-9)Relator:Ministro Raul Araújo. Julgado em 16/11/2016. Publicado em 06/12/2016).

Assim, remanesce apenas controvérsia quanto à existência e a extensão da incapacitação da demandante, sendo que para a solução da questão foi designada perícia técnica médica.

Embora não se encontre o julgador submetido aos pareceres apresentados para a formação de seu convencimento, eles proporcionam elementos técnicos preciosos para se chegar à justa solução da lide.

Com o laudo pericial de fls. 176/179 restou evidenciado o nexo de causalidade entre o acidente e as sequelas geradas. O laudo conclui que (fl. 178):

"A periciada foi atropelada em 20/04/15 (olha 19). Há nexo entre seu acidente e sua lesão. Há consolidação das lesões. Como sequela definitiva, há redução da mobilidade do tornozelo direito. Há, portanto, redução moderada (50%) da função do tornozelo direito (25%). 50% de 25%= 12,5%."

Desta forma, o perito aferiu em 12,5%, nos termos da tabela trazida pela lei 6.194/74, os danos suportados pela requerente.

Não há impugnação quanto ao laudo apresentado. A requerente se manteve inerte, e a requerida, se limitou a esclarecer que indenização deve se ater ao percentual de 12,5% apurados (fls. 187/189).

A indenização a que faz jus a requerente deve ser calculada,portanto, conforme a tabela presente no anexo da Lei 6.194/74, que fixa o montante indenizatório de acordo com a espécie e graduação das lesões sofridas pelas vítimas dos danos pessoais. Assim será de 12,5% calculada sobre o valor total de R\$13.500,00, o que importa em R\$1.687,50.

Por fim, o art. 3º, inciso III, da Lei 6.194/74 garante o reembolso das despesas médicas e assistência médica à vítima de acidente de trânsito, desde que devidamente comprovadas. No caso, pela completa falta de qualquer comprovação nos autos, não há razão para que seja determinado o reembolso pleiteado na inicial. A autora não especifica seus gastos e tampouco os comprova, sendo que basta.

Ante o exposto, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE** a ação, nos



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

termos do art. 487, inciso I, do CPC para condenar a requerida ao pagamento de R\$1.687,50 à requerente. Sobre o valor incidirá correção monetária pela tabela prática do TJSP contada a partir da data do fato (AgRg no Resp nº 1482716) e juros de mora de 1% ao mês contados a partir da citação (Sumula 426, do STJ).

Diante da sucumbência recíproca, as custas e despesas serão rateadas na proporção de 50% para cada parte, observando-se a gratuidade concedida à autora. Tendo em vista o baixo valor da condenação, fixo os honorários advocatícios em R\$ 500,00 para cada parte, nos termos do art. 85, §14, do CPC, observando-se a gratuidade concedida a autora.

Na hipótese de interposição de apelação, tendo em vista a nova sistemática estabelecida pelo NCPC que extinguiu o juízo de admissibilidade a ser exercido pelo Juízo "a quo" (art. 1.010 do NCPC), sem nova conclusão, intime-se a parte contrária para que ofereça resposta no prazo de 15 (quinze) dias. Havendo recurso adesivo, também deve ser intimada a parte contrária para oferecer contrarrazões. Após, com ou sem resposta, subam os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Com o trânsito em julgado, querendo, a autora deverá apresentar planilha atualizada de seu crédito e requerer, no prazo de 30 dias, o início da fase de cumprimento de sentença, nos moldes do art. 523 e 524 do NCPC, classificando a petição como incidente processual, no momento do peticionamento eletrônico.

Apresentado o requerimento os autos irão para o arquivo definitivo. Nada sendo requerido, encaminhem-se os autos ao arquivo provisório, sem prejuízo de posterior desarquivamento, a pedido da parte.

P.I.

São Carlos, 20 de outubro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**